

Retrospectiva Jurídica Sistematizada 2016

Retrospectiva Jurídica Sistematizada 2016 – Fatos que marcaram o universo jurídico

Feliz Ano NOVO. Que o ano de 2017 seja ainda melhor que o ano de 2016!

Mas 2016 foi um ano para ser lembrado ou esquecido?



2016 foi o ano em que tivemos o afastamento de duas figuras importantíssimas no cenário político nacional: a Presidenta da República e o Presidente da Câmara dos Deputados. Só não tivemos o afastamento do Presidente do Senado, porque ele provou que às vezes é possível deixar de cumprir decisão judicial (situação esdrúxula e complexa).

Ano de voltas e reviravoltas. Espero que saibamos aproveitar as boas lições de 2016, que saibamos refletir sobre as más lições e possamos pensar em um 2017 com mais segurança, ao menos jurídica.

Abaixo, uma retrospectiva jurídica sistematizada do ano de 2016. Legislações que marcaram o ano, decisões do STF e STJ que quebraram paradigmas.

Vários tópicos possuem links que direcionam para artigos que

abordam a temática específica, publicados no Jusbrasil.com.br e no blog direitonarede.com

Esqueci de alguma questão marcante? Deixe seu comentário e vamos criar uma retrospectiva jurídica 2016 ainda mais completa.

Acesse nosso blog [DireitonaRede](#)

Janeiro – 2016 (Retrospectiva Jurídica 2016)

- Continuidade da operação lava-jato
- Sanção da Lei 13.245/2016 – que alterou o Estatuto da OAB garantindo aos advogados a efetiva participação e acompanhamentos dos inquéritos policiais.
- Sanção da Lei 13.247/2016 – que alterou o Estatuto da OAB possibilitando aos advogados a constituição de sociedade simples de prestação de serviços de advocacia ou sociedade unipessoal de advocacia. Clique aqui para mais detalhes.
- Sanção da Lei 13.254/2016 – que permitiu a repatriação de recursos no exterior.

Fevereiro – 2016 (Retrospectiva

Jurídica 2016)

– Promulgação da Emenda Constitucional 91/2016 – que estabeleceu a possibilidade, excepcional e em período determinado, de desfiliação partidária, sem prejuízo do mandato.

Março – 2016 (Retrospectiva Jurídica 2016)

– [Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a nomeação de membros do Ministério Público para exercer cargo de ministro de Estado, pois a função não tem relação com as atividades da instituição.](#)

– Fim da *vacatio legis* da lei 13.105/2015. Entra em vigor o novo Código de Processo Civil.

– Sanção da Lei 13.260/2016 – que disciplinou o terrorismo, regulamentando o art. 5º, XLIII da CF/88.

– [Sanção da Lei 13.261/2016 – que trata da normatização, a fiscalização e a comercialização de planos de assistência funerária.](#)

Abril – 2016 (Retrospectiva Jurídica 2016)

[– Sanção da Lei 13.269/2016 – que autorizou o uso da fosfoetanolamina sintética para pacientes diagnosticados com câncer.](#)

– Lei Complementar 154/2016 – que permitiu ao microempreendedor individual utilizar sua residência como sede do estabelecimento. [Clique aqui para mais detalhes.](#)

Maio – 2016 (Retrospectiva Jurídica 2016)

[– Supremo Tribunal Federal defere medida liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade \(ADI\) 5501 e suspendeu a eficácia da Lei 13.269/2016 que permitia o uso da fosfoetanolamina sintética, conhecida como “pílula do câncer”.](#)

– Sanção da Lei 13.281/2016 – que alterou o Código de Trânsito Brasileiro.

– Afastamento de Eduardo Cunha de seu mandato de deputado federal e conseqüentemente do cargo de Presidente da Câmara dos Deputados

– Sanção da Lei 13.285/2016 – que alterou o Código de Processo Penal, estabelecendo a prioridade na tramitação dos processos que apurem a prática de crime hediondo.

[– Sanção da Lei 13.290/2016 – que alterou o Código de Trânsito Brasileiro, estabelecendo a obrigatoriedade do farol baixo aceso durante o dia nas rodovias.](#)

Junho – 2016 (Retrospectiva Jurídica 2016)

– Sanção da Lei 13.300/2016 – que disciplinou o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo.

[– Sanção da Lei 13.303/2016 – que instituiu o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.](#)

[– O Supremo Tribunal Federal decide que Crime de tráfico privilegiado de entorpecentes não tem natureza hedionda](#)

Julho – 2016 (Retrospectiva Jurídica 2016)

– Trégua no mundo jurídico

Agosto – 2016 (Retrospectiva Jurídica 2016)

– Impeachment da Presidenta Dilma Roussef ([STF traça uma nova linha procedimental](#))

– Posse do Vice-presidente após afastamento da Presidenta Dilma

– Sanção da Lei 13.330/2016 – que tipificou, de forma mais gravosa, os crimes de furto e de receptação de semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes.

Setembro – 2016 (Retrospectiva Jurídica 2016)

– Sanção da Lei 13.341/2016 – que reorganizou a estrutura administrativa do Executivo Federal com a extinção de cargos e ministérios e fusão de outros.

Outubro – 2016 (Retrospectiva Jurídica 2016)

– Declaração de inconstitucionalidade da Vaquejada

– Supremo Tribunal Federal admite execução da pena após condenação em segunda instância

– Primeira eleição sob a vigência da minirreforma eleitoral (leia também “[Mulheres na política: Elas gastam menos](#)”)

– Supremo Tribunal Federal declara a Inconstitucionalidade da Desaposentação

– Decisão do Supremo Tribunal Federal que abala o direito de

Novembro – 2016 (Retrospectiva Jurídica 2016)

[– Sanção da Lei 13363 / 2016 – que estipulou direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai.](#)

– Sanção da Lei 13.364/2016 – que elevou o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial. [Clique aqui para mais detalhes.](#)

– Sanção da Lei 13.365/2016 – que facultou à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção. [Clique aqui para mais detalhes.](#)

[– Ministro Fachin convoca audiência pública para debater bloqueios judiciais do WhatsApp](#)

[– Descriminalização do aborto](#)

[– Projeto 10 medidas contra a corrupção que acabaram se tornando 04. Discussão acerca do crime de responsabilidade de juízes e promotores.](#)

Dezembro / 2016 (Retrospectiva

Jurídica 2016)

[– Sanção da Lei 13.366/2016 – que atribuiu às instituições de ensino responsabilidade parcial pela remuneração dos agentes operadores do FIES.](#)

– Promulgação da Emenda Constitucional 94/2016 – que dispôs sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir regime especial de pagamento para os casos em mora. [Clique aqui para mais detalhes.](#)

– [Promulgação da Emenda Constitucional 95/2016](#) – que instituiu o Novo Regime Fiscal (antiga [PEC dos Gastos Públicos](#)).

[– Descriminalização do crime de desacato](#)

[– Proposta de Reforma da Previdência é apresentada no Congresso](#)

Súmulas STJ 2016 (Retrospectiva Jurídica 2016)

Súmula 582	Súmula 575	Súmula 568
Súmula 581	Súmula 574	Súmula 567
Súmula 580	Súmula 573	Súmula 566
Súmula 579	Súmula 572	Súmula 565
Súmula 578	Súmula 571	Súmula 564

Súmula 577	Súmula 570	Súmula 563
Súmula 576	Súmula 569	Súmula 562

Súmulas Vinculantes STF 2016 (Retrospectiva Jurídica 2016)

[Súmula Vinculante 54](#) – A medida provisória não apreciada pelo congresso nacional podia, até a Emenda Constitucional 32/2001, ser reeditada dentro do seu prazo de eficácia de trinta dias, mantidos os efeitos de lei desde a primeira edição.

[Súmula Vinculante 55](#) – O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.

[Súmula Vinculante 56](#) – A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS.

Retrospectiva Jurídica 2016 – DireitonaRede